

ENCRUZILHADA DE SOLIDARIEDADES

*Artigo publicado no livro “A cor das solidariedades: pela justiça e equidade nas relações internacionais: 30 anos do CIDAC”, edição CIDAC/Edições Afrontamento, Santa Maria da Feira, Maio de 2004
Os testemunhos e a cronologia que abaixo se referem são outras partes constitutivas do livro.*

Esta é uma história escrita a uma só mão, quando tantas foram as que construíram, ao longo dos últimos 30 anos, o CIDAC. Cada um poderia desenrolar o seu fio da meada, nessa teia encontraríamos mais facilmente os reflexos do que tem sido este percurso. Mas assim, o texto que se segue, é apenas uma peça de um imenso *puzzle*, que pretende servir, também, como guia de apoio à leitura dos **testemunhos** que integram a segunda parte do livro, expressamente recolhidos com o fim de iluminar partes desta trajectória e dela partir para dimensões mais prospectivas. A **cronologia**, em anexo, fornece os detalhes.

1974-1975: EUFORIA, DRAMA, URGÊNCIA

De um acentuar da repressão interna, da intensificação da guerra colonial já sem saídas e do agudizar das contradições do sistema político-militar, a sociedade portuguesa passou, numa madrugada e nos dois dias fulcrais que se lhe seguiram, para um clima de liberdade, de euforia, de espanto, de muitos sonhos antigos tornados realidade palpável. Nesse virar de esquina vertiginoso, o ímpeto da luta contra a ditadura ganhou novos sentidos de urgência, numa vontade e ânsia de fazer vingar opções para um futuro ainda demasiado em aberto.

Nos primeiros dias de Maio, a cadeia de Caxias, agora ocupada com outros presos políticos, e o tribunal da Boa-Hora, onde estava o processo arquivado à espera de julgamento, entregaram aos responsáveis do *BAC (Boletim Anti-Colonial)*, quase intacta, a documentação apreendida no final de Novembro de 1973 no respectivo centro de documentação clandestino.

O rasgar de novos horizontes e o fim da censura e da repressão geraram movimentos de “querer saber mais” e uma multiplicidade de acções de informação e de reivindicação. Da *Descolonização* – um dos três D dos Programa do MFA (Movimento das Forças Armadas), a par da *Democracia* e do *Desenvolvimento* – pouco se sabia. Mas adivinhavam-se manobras, porque se conheciam os personagens e os enredos, nacionais e internacionais. Impôs-se uma palavra de ordem: *Um povo não pode ser livre enquanto oprimir outros povos*.

Foi da confluência destes factores que nasceu o CIDA-C, **Centro de Informação e Documentação Anti-Colonial**. O objectivo era pressionar o novo poder para que reconhecesse o direito à autodeterminação e independência das colónias e fazê-lo utilizando a estratégia que o grupo do *BAC* tinha afinado: a disponibilização de informação e a consequente iniciativa cívica. Os cálculos apontavam para seis meses de intervenção.

A proposta veio da dupla criadora do BAC, Nuno Teotónio Pereira e Luís Moita, ambos libertados de Caxias a 27 de Abril. Ao segundo juntaram-se três caloiros: Luísa Ivo e Luísa Teotónio Pereira, trabalhadoras-estudantes e Henrique Sanches, companheiro de cela à procura de inserção profissional. Estava assim constituída, formalmente, a equipa inicial de *militantes permanentes*. Mas um quinto elemento se apresentou voluntariamente no início de Julho: Carol Quina, também estudante. Cedo se manifestaram divergências profundas com Henrique Sanches, que aderira ao MRPP (Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado), originando o seu afastamento em Maio de

1975. Por isso, não é errado afirmar-se que, verdadeiramente, os quatro membros fundadores dos CIDAC foram Luís Moita, Luísa Ivo, Luísa Teotónio Pereira e Carol Quina.

Ao longo dos últimos 30 anos, muitos outros se lhes juntariam, *permanentes*, cooperantes, parceiros do Sul e do Norte, colaboradores em iniciativas ou processos específicos, voluntários de causas solidárias. Na impossibilidade de nomear, com justiça, tantas centenas de pessoas, conscienciosamente, foi tomada a opção de apenas referir em concreto o pequeno grupo que partilhou a responsabilidade do arranque da organização.

Ainda em Maio, procurou-se casa e alugou-se o 2º andar esquerdo da Rua Pinheiro Chagas, em Lisboa. Não em nome da organização, que não existia legalmente, nem do seu principal promotor, porque o senhorio não o aceitou, mas da sociedade proprietária da editorial Afrontamento, criada no Porto em 1963, que desejava abrir uma representação na capital e aceitou partilhar as instalações. Comprou-se mobília em segunda mão nas velharias da Rua de S. Bento, organizou-se a documentação existente e abriram-se as portas, com um horário de atendimento ao público que ia das 10h às 13h e das 18h às 24h. O formigueiro era permanente.

O que possibilitou este início da actividade logo a seguir ao 25 de Abril foram as relações mantidas pelo grupo do BAC com alguns meios europeus, em particular uma ONG holandesa, o Angola Comité, conhecido pela sua campanha contra a guerra nessa colónia portuguesa. Não só daí veio o primeiro financiamento e material informativo, como também contactos com outras organizações que asseguraram o apoio de que o CIDAC-C necessitava nos seus primeiros tempos.

A maior parte das publicações disponíveis estava escrita em francês, inglês e holandês. Em 1974 o CIDA-C editou os Programas Políticos e os Estatutos da FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique), do MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola) e do PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e de Cabo Verde), cartazes inspirados nas bandeiras destas organizações e ainda do MLSTP (Movimento de Libertação de S. Tomé e Príncipe), um discurso de Samora Machel e um livro sobre a Guiné-Bissau. Entre Fevereiro de 1975 e Fevereiro de 1976 foram dados à estampa 8 números do boletim *África em Luta*, com a mesma preocupação de tornar acessível, não só em Portugal, mas também em África, documentos de base, e chaves de leitura, sobre o processo de descolonização, que decorria, turbulento e dramático para muitos.

A informação alimentava as iniciativas políticas. Do Centro de Documentação faziam parte filmes sobre as lutas de libertação, realizados por autores de várias nacionalidades, que percorreram associações, escolas e quartéis, em sessões de esclarecimento e debate público. Em conjunto com cidadãos das colónias que se tinham organizado, nomeadamente a partir das respectivas Casas (de Angola, de Moçambique, de Cabo Verde e Guiné-Bissau...), o CIDA-C participou em bancas, manifestações e comícios pela verdadeira independência dos territórios africanos. Garantida esta, formalmente, a partir da publicação da Lei nº 7/75 de 17 de Julho, era ainda necessário vigiar tentações neo-coloniais e acompanhar os processos de passagem do poder.

As relações com os partidos políticos eram ditadas pela coincidência de posições. O CIDAC assumiu sempre um rigoroso apartidarismo. Dois dos membros da sua equipa optaram, conscientemente, por não se filiarem em nenhuma formação. Dois outros aderiram ao MES (Movimento de Esquerda Socialista), que se auto-extinguiu em 1980. Acções em comum eram possíveis, desde que se partilhassem visão e objectivos a atingir. Ao longo do tempo, os maiores problemas verificaram-se com o PCP (Partido Comunista Português), nomeadamente no que dizia respeito a Angola e com o MRPP, no mesmo caso e em relação a Timor-Leste.

As ligações eram todas a África. Mas em Setembro de 1974 um angustiado meteorologista recém-chegado de Timor pediu a atenção do CIDA-C para o que se passava nos quase antípodas, proporcionando os primeiros contactos com a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste

Independente), que posteriormente se estenderam aos membros da Casa de Timor em Lisboa. O grupo de jovens estudantes que partiu para Díli, na primavera de 1975, entusiasmado com as campanhas de alfabetização na sua terra natal, levou publicações e um conjunto de filmes emprestados pelo CIDA-C. Quase todos foram brutalmente assassinados pelas forças invasoras da República da Indonésia em Dezembro desse mesmo ano.

Doze meses antes, em Dezembro de 1974, o CIDA-C tinha organizado a *Semana Nacional de Solidariedade com os Povos das Colónias e a República da Guiné-Bissau* (país que proclamara unilateralmente a sua independência a 24 de Setembro de 1973, reconhecida por Portugal nos Acordos de Argel, firmados com o PAIGC em Agosto de 1974). Num comício final, realizado no então chamado Pavilhão dos Desportos (hoje Pavilhão Carlos Lopes) juntaram-se publicamente, pela primeira vez em solo da potência colonizadora, os representantes dos movimentos de libertação: FRELIMO, FRETILIN, MLSTP, MPLA, PAIGC.

Em 1975, a onda libertadora teve pontos altos, porém progressivamente ensombrados por sons de guerra, nas cerimónias de proclamação das Independências (em três das quais, Moçambique, Cabo Verde e Angola, o CIDA-C participou com delegações convidadas pelos movimentos de libertação): 25 de Junho, Moçambique; 5 de Julho, Cabo Verde; 12 de Julho, S. Tomé e Príncipe; 11 de Novembro, Angola; 28 de Novembro, Timor-Leste. Como se sabe, as duas últimas não foram reconhecidas pelo governo português. O CIDA-C organizou então, em Dezembro, uma acção de protesto contra a invasão indonésia de Timor-Leste e, entre Outubro de 1975 e Fevereiro de 1976, uma campanha de *reconhecimento popular* da independência de Angola, como forma de pressão junto das autoridades portuguesas.

A situação social das populações africanas constituía também uma preocupação. Ainda em 1974, o CIDA-C promoveu uma campanha de recolha de roupas, medicamentos e material escolar para enviar para Moçambique. As horas passadas a seleccionar as doações recebidas, a elevada percentagem de bens fora de prazo ou inadequados, o escândalo das peças usadas, sujas e a desfazerem-se, bastou para que nunca mais se repetisse a experiência. Ficou claro que para concretizar acções humanitárias era necessário mais do que boa vontade e que a missão do CIDAC não era, nem a caridade, nem a emergência.

No início do ano lectivo, alguns professores dirigiram-se ao CIDA-C dizendo que queriam apoiar os seus colegas da Guiné-Bissau nas férias do Natal de 1974. O CIDA-C completou a equipa multidisciplinar e coordenou a preparação da iniciativa. No ano seguinte, aproveitando as chamadas férias grandes, organizaram-se dois grupos de docentes que, sempre a título voluntário, se deslocaram a Cabo Verde, intervindo no domínio da formação de professores do ensino secundário, enquanto duas outras equipas estiveram na Guiné-Bissau, dando continuidade à colaboração na formação de professores primários. Foi através destas acções que se firmou a opção pela Cooperação para o Desenvolvimento.

Nestes dois primeiros anos, constituiu-se a matriz que marcaria ao CIDAC: a intervenção política independente, baseada na informação, na análise das situações, na sensibilização da opinião pública e na pressão junto dos poderes; a solidariedade com os povos em luta pela sua liberdade e a cooperação como forma de concretizar essa solidariedade activa; a capacidade de atenção às mudanças e de acolhimento de propostas vindas do exterior. Assim se criaram os embriões das duas áreas que estruturaram o CIDAC, a Educação para o Desenvolvimento (ED) e a Cooperação para o Desenvolvimento. Os previstos 6 meses durariam, pelo menos, 30 anos.

1976-1986: CONSOLIDAÇÃO

Novembro de 1975 foi um mês-chave: independência de Angola, viragem política em Portugal,

proclamação unilateral da independência de Timor-Leste, poucos dias antes da consumação da invasão indonésia (7 de Dezembro). Virava-se uma página, começava uma nova época. Um ano e pouco depois, a 20 de Janeiro de 1977, data do 4º aniversário do assassinato do fundador do PAIGC, o CIDAC consagrou institucionalmente a mudança, ao adoptar uma nova denominação, mantendo a mesma sigla: **Centro de Informação e Documentação Amílcar Cabral**. Uma homenagem ao político e pensador africano, cuja primeira colectânea de textos difundida em Portugal tinha sido editada clandestinamente pelo grupo do *BAC*.

O horário de abertura na sede “normalizou-se”: passou a ser das 10h às 13h e das 17.30h às 20.30h, de Segunda a Sábado. Em 1978 foi decidida uma nova limitação das disponibilidades de atendimento ao público, com o objectivo de garantir aos permanentes a possibilidade de utilizar as manhãs para estudar e organizar as actividades.

A equipa, paulatinamente alargada, não conhecia África. Os primeiros contactos directos deram-se por altura das cerimónias das Independências. Nos dez anos que se seguiram, multiplicaram-se as ocasiões para visitas de curta duração (missões de trabalho, participação em seminários temáticos e em Congressos político-partidários dos movimentos de libertação transformados em partidos únicos), ao mesmo tempo que se acompanhavam as estadas mais prolongadas dos cooperantes escolhidos e preparados pelo CIDAC, se acolhiam estagiários dos novos países em Lisboa e se debatiam temas fundamentais com técnicos e especialistas de várias nacionalidades. Assim se foi clarificando a visão dos processos de reconstrução nacional, da sua dependência dos contextos geo-políticos e económicos e das suas contradições internas.

A devastação provocada na África Austral pelos regimes de *apartheid* (África do Sul, Rodésia, Sudoeste Africano); a interminável guerra em Angola, a repressão exercida pelo poder central sobre os que escapavam à sua órbita de influência e o 27 de Maio de 1977; a coragem, os erros e o desgaste das políticas interna e externa moçambicanas e o assassinato de Samora Machel, em Outubro de 1986; o avolumar de problemas no PAIGC, a impossibilidade histórica de concretizar a proposta de Cabral de dois países dirigidos por um único partido, o golpe de Estado de Nino Vieira em Novembro de 1980, a criação do PAICV; o mal-estar permanente em S. Tomé e Príncipe; a brutal anexação de Timor-Leste pela Indonésia, o isolamento do território, a determinação da resistência timorense e a hipocrisia da comunidade internacional; as ditaduras na América Latina; a do Estado espanhol democrático e a ocupação do Sahara Ocidental por Marrocos; as lutas de libertação dos povos da Eritreia e da Palestina; a Guerra Fria, as políticas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial (BM), o advento dos Programas de Ajustamento Estrutural – ao partilhar estes percursos, o CIDAC amadureceu.

Em 1978, a equipa definiu como áreas prioritárias de estudo a *educação*, os *processos de transição económica*, os *conflitos no Corno de África*, a *transição para o socialismo* e a *cooperação*. A *educação* e a *economia* foram consideradas como as áreas estratégicas para a *materialização da solidariedade activa entre o povo português e os povos africanos*. Nessa altura criaram-se, com a participação de voluntários portugueses e de estudantes dos PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa), Grupos de Trabalho sobre Saúde e Assuntos Sociais, Educação e Economia. A partir de 1980, constituíram-se outros Grupos, dedicados a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Cabo Verde, que acompanharam os processos de cooperação do CIDAC com estes países e divulgaram, em Portugal, as experiências de consolidação das respectivas identidades nacionais.

A prática da Cooperação para o Desenvolvimento ganhou raízes. Foi a década da contribuição dos cooperantes para as tarefas da reconstrução nacional, em articulação com os Estados de Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e S. Tomé e Príncipe. No caso de Angola, as acções mantiveram-se sempre pontuais (com excepção de um projecto inovador desenvolvido no Namibe na década de 90): a dimensão dos problemas do país ultrapassava as capacidades de uma pequena organização não-alinhada e as tentativas, em 1982/1983, de estabelecer um consórcio de ONG europeias com uma

visão comum não foram aceites pelo poder político de Luanda. Mas foi também neste período que se iniciou (1977) aquele que viria a ser o processo de cooperação mais longo, e um dos mais fecundos, da história do CIDAC: a formação de Animadores Sociais em Cabo Verde.

O financiamento dos projectos de cooperação nesta fase foi assegurada em grande parte por ONG europeias que reconheciam as ligações que o CIDAC mantinha com os países de língua oficial portuguesa. Por outro lado, alguns dos cooperantes do CIDAC integraram-se em grupos de “cooperantes oficiais”, passando assim a sua prestação a ser suportada pelo governo português. Esta interacção com outros actores da cooperação, em particular da sociedade civil de outros países da Europa, já com muito mais anos de experiência, foi fundamental para o aprofundamento da reflexão interna, quer sobre os processos em que o CIDAC estava envolvido, quer sobre as suas próprias práticas.

A prioridade da intervenção foi para a formação de quadros nas áreas sociais: educação, acção social, saúde, informação e documentação, justiça, animação cultural. Das pequenas acções durante as férias escolares passou-se, a partir de 1978, para missões de cooperação de maior duração – no ano seguinte havia 35 cooperantes em 4 países africanos. Ao fazer 5 anos, o CIDAC elaborou um documento sobre a *cooperação militante* e um formulário de apresentação de projectos, a preencher pelas entidades dos PALOP que lhe queriam fazer chegar as suas propostas. Em 1984, editou uma brochura dedicada aos parceiros africanos sobre a elaboração de projectos, ao mesmo tempo que definia os seus próprios critérios para a respectiva selecção, reafirmando a opção de não entrar no campo da ajuda humanitária e de emergência. Progressivamente, a abordagem foi evoluindo da mera participação em tarefas de estruturação de novas capacidades e instituições nacionais para uma visão mais global das exigências do desenvolvimento a longo prazo, nas quais aquelas se inscreviam.

Uma aposta fundamental foi feita na preparação dos cooperantes que eram seleccionados e acompanhados pelo CIDAC (a partir de 1978 estes passaram a receber, com alguma regularidade, “circulares informativas” elaboradas pela equipa em Lisboa), mas também de outros técnicos portugueses e estrangeiros: assinala-se, no caso dos primeiros, o *Fim-de-Semana sobre a Cooperação Militante*, realizado em 1976, com cerca de 50 participantes; a colaboração com a Embaixada da Guiné-Bissau organização de um curso de cooperantes oficiais, em 1978; e a edição de *Guias do Cooperante em Moçambique, em Cabo Verde e na Guiné-Bissau*, respectivamente em 1982, 1984 e 1985.

O contacto directo com os cooperantes estrangeiros começou por ser proporcionado pela sua procura do centro de Documentação. A partir de 1978, o CIDAC tomou a iniciativa de promover cursos de informação sobre os PALOP destinados a cooperantes de ONG de diversos países europeus. Tendo em conta a experiência de formação em Português, iniciada em 1977, de quadros guineenses que, durante a luta de libertação, o PAIGC tinha enviado para o estrangeiro para estudar, as necessidades de aprendizagem da Língua Oficial dos cinco novos países por parte de cooperantes de várias nacionalidades e as vantagens para o CIDAC de criar uma fonte regular de receitas próprias, em Novembro de 1983 foi criado o Centro de Formação. Este passou desde então a disponibilizar cursos especificamente concebidos para cooperantes, técnicos e, mais tarde, diplomatas estrangeiros que se preparavam para viver e trabalhar nos PALOP: no ano seguinte realizaram-se 27 acções de formação em Língua Portuguesa e 10 de introdução aos PALOP. Desde então esta actividade tornou-se numa importante componente da intervenção e do financiamento do CIDAC.

Reforçou-se entretanto a organização do Centro de Documentação: em 1980 foi criado o primeiro ficheiro manual, dois anos mais tarde sistematizaram-se 20 anos de recortes da imprensa portuguesa sobre a política colonial e os novos Estados independentes, em 1985 iniciou-se a publicação regular da *Informação Bibliográfica*. O reconhecimento do valor do acervo ficou demonstrado com o convite para o CIDAC co-organizar o Encontro Internacional *Documentation for Change*, realizado em Lisboa, em 1982, por iniciativa da FAO (Organização das nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação),

do Serviço de Ligação das Nações Unidas e do IDOC (International Documentation and Communication Centre, Roma), com o pedido de reprodução de parte da documentação para o Arquivo Histórico de Moçambique e para a Fundação Amílcar Cabral (1984) e com o desafio de promover um curso sobre documentação para ONG portuguesas (1985).

Os conhecimentos e convicções que o CIDAC ia adquirindo, fazia o esforço de os partilhar. Nasceram assim os livros da colecção *África em Luta* (1976), os *Cadernos de Formação Interna* (1978), os *Cadernos CIDAC* (1979, em versão impressa e 1982, em versão policopiada), e outras publicações avulso, como o estudo sobre o Movimento dos Não-Alinhados (1982). Promoveram-se, a partir de 1978, uma série de *Cursos Breves*, sobre temas políticos, económicos, sociais e culturais significativos para o acompanhamento dos processos internacionais e, em particular, dos PALOP. O 5º aniversário do CIDAC foi celebrado com uma *Conferência Internacional sobre a Libertação dos Povos* e a divulgação da respectiva *Declaração Final* e do documento *5 anos de internacionalismo militante*.

E, 1982, os 8 anos do CIDAC também foram publicamente assinalados, embora de forma mais modesta: houve um encontro de colaboradores, uma exposição de fotografias e a difusão de um documento sobre a actividade desenvolvida. No 10º aniversário a inspiração foi maior e a festa rija, a bordo do “Barco da Solidariedade” que se passeou pelo Tejo.

Em 1977 o CIDAC tinha 5 *militantes permanentes*, em 1978 eram 8 os *permanentes profissionalizados*. Pelo meio houve dois momentos de intenso debate interno, frente a opções inadiáveis, mas difíceis. O primeiro surgiu a propósito da necessidade de definir responsabilidades concretas, que deveriam ser ancoradas no reconhecimento de competências específicas e potenciar essas mesmas capacidades, impulsionando (para os mais novos) ou confirmando determinadas vocações profissionais. No início, todos faziam de tudo um pouco, desde a limpeza rotativa da casa, até à organização das várias iniciativas. O perfil era generalista. As escolhas implicavam para alguns o prescindir de adquiridos gratificantes (experiências profissionais, contactos, vivências) e, para o conjunto, a exigência de uma boa coordenação da actividade. O resultado foi a criação de sectores de trabalho, que variaram ao longo do tempo, mas se foram progressivamente afirmando com maior autonomia, até ser preciso, mais tarde, voltar a falar de transversalidade e de comunicação interna. O segundo impôs-se quando se colocou em causa a prática da igualdade de salários, assumida desde a criação do CIDAC, independentemente das qualificações e das tarefas de cada um. Foi a própria equipa que teve de clarificar conceitos, articular os vários pontos de vista e... decidir sobre as diferenciações a aplicar aos seus membros.

Mas, nesta fase, o CIDAC foi muito mais do que o seu núcleo central, sediado na Rua Pinheiro Chagas. No seguimento da experiência de instalações partilhadas com a editorial Afrontamento também no Porto, logo em 1974/1975, lançaram-se em 1980 os *Núcleos CIDAC* no Cacém, Coimbra, Porto, Braga e Guimarães, sustentados por visitas regulares desde Lisboa e por dossiers temáticos intitulados *Informação e Documentação Internacional*.

Um artigo publicado na revista *Afrique Asie* (nº 323, Junho de 1984) chamava ao CIDAC o “*carrefour de la solidarité internationale*”. O direito dos povos à sua independência política e económica era um imperativo da consciência cívica e uma prioridade da intervenção. Sempre em resposta a apelos do exterior, o CIDAC deu apoio a um conjunto de grupos de voluntários, motivados por causas concretas, garantindo a logística necessária (espaço, comunicações, material de escritório) e oferecendo a coordenação política. Em 1976 formou-se o *Comité Português de Apoio à Frente POLISARIO* (Frente Popular para a Libertação do Saguiat el Hamra e Rio de Oro), mais tarde autonomizado e redominado *Associação de Cooperação e Amizade com o Povo Saharauí*. Entre 1976 e 1981 o CIDAC promoveu uma série de iniciativas de solidariedade com o povo de Timor-Leste, das quais se destacam a edição de um boletim quinzenal (1977-1978) e a realização do *Seminário Internacional sobre Timor-Leste* (1979) e da sessão especial, em Lisboa, do *Tribunal Permanente dos Povos* (1981). Foi no seu seguimento, nesse mesmo ano, que se constituiu a *Comissão para os*

Direitos do Povo Maubere (CDPM), Associação que, até 2002, conseguiu cumprir os seus objectivos: tornar Timor-Leste uma “causa nacional” e contribuir para que o povo timorense exercesse o seu legítimo direito à autodeterminação e independência. Em 1978, o CIDAC criou o *Comité Português de Apoio à Frente Popular de Libertação da Eritreia*, acompanhando a partir daí todo o processo político-militar até à realização do referendo, supervisionado pelas Nações Unidas, que consagrou a independência do povo eritreu em Abril de 1993. A luta contra as ditaduras latino-americanas fez emergir em 1980 o *Grupo de Solidariedade com a América Latina* (GSAL) que, até 1993, se revelou uma das Associações mais dinâmicas e criativas de todo este movimento. De uma forma mais intermitente e menos autónoma, a expressão da solidariedade com o povo da Palestina também deu origem a várias iniciativas, em particular a partir de 1982, altura da crise do Líbano. Dois anos mais tarde e fruto das tensões que se acumulavam no horizonte da Guerra Fria, nasceu o *Grupo de Acção pela Paz* (GAP).

Só em 1981, sob pressão das obrigações e responsabilidades administrativas que se avolumavam, o CIDAC se legalizou, enquanto Associação sem fins lucrativos. No entanto, por decisão unânime da Direcção, que integrava os principais quadros da organização, o funcionamento adoptado até então manteve-se inalterado. Ou seja, as primeiras eleições para os Corpos Sociais da Associação CIDAC apenas tiveram lugar onze anos mais tarde.

Desta década o CIDAC reteve alguns adquiridos fundamentais: a aposta na descentralização das acções, que se tornou um princípio importante, em particular na realização dos projectos de Educação para o Desenvolvimento; as virtualidades da constituição de grupos formados por pessoas agindo na sua capacidade individual, capazes de envolver e dinamizar voluntários, para tratar de questões e mobilizar para causas específicas, e a importância da criação de bases de auto-sustentação da actividade, através, nomeadamente, da disponibilização de serviços de qualidade em áreas identificadas com a missão e finalidades da organização.

1987-1992: TRANSIÇÃO

Em 1986 Portugal aderiu formalmente à Comunidade Económica Europeia. No ano seguinte iniciou-se a aplicação dos processos de liberalização económica nos PALOP, conduzidos pelas instituições de Bretton Woods, que haveriam de abrir caminho, no final da década, em coincidência temporal com a queda do muro de Berlim, à criação de sistemas de democracia multipartidária. O início dos anos 90 assistiu ao culminar da transformação da África Austral: Independência da Namíbia (1990), assinatura dos Acordos de Roma que devolveu a paz a Moçambique (1992), mudança de regime na África do Sul (1994).

As consequências para as organizações da sociedade civil foram importantes. Em Portugal 13 organizações, entre as quais o CIDAC, criaram, em 1985, um pouco por antecipação e com o apoio da Comissão Europeia, a *Plataforma Portuguesa das Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimento*. Dois anos depois, o CIDAC integrou a respectiva comissão Permanente e no início da década foi eleito, e passados três anos reeleito, para representar as ONGD portuguesas no Grupo de Trabalho do Comité de Ligação das ONGD europeias sobre o Financiamento do Desenvolvimento.

O acesso a fundos comunitários implicou para o CIDAC o fim dos apoios até aí prestados por grandes ONG europeias e canadianas, a aprendizagem dos processos e procedimentos através dos quais era possível chegar às novas linhas de cofinanciamento, a obrigação de encontrar fundos complementares para cada projecto apoiado pela Comissão Europeia e a criação de um verdadeiro programa de Educação para o Desenvolvimento e de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento mais consistentes. Logo em 1986 foi assinado o primeiro contrato para um projecto de Cooperação (em Moçambique) e no ano seguinte o primeiro contrato para um projecto plurianual de Educação para o Desenvolvimento (sobre a África Austral, modelos de desenvolvimento e política de

cooperação).

Com base na experiência adquirida nesta última actividade, optou-se por um grupo-alvo privilegiado ao nível da intervenção em Educação para o Desenvolvimento: o dos professores e formadores, sector da opinião pública portuguesa considerado estratégico relativamente à capacidade de reprodução da informação, da reflexão e da intervenção cívica sobre as questões do desenvolvimento. Foram então elaborados e apoiados pela Comissão Europeia dois novos projectos de ED: “Informação e edições de Educação para o Desenvolvimento” (1989-1991), no âmbito do qual se produziram fichas informativas temáticas conhecidas como *Ficheiro Progressivo* e “Europa Unida, Europa Aberta” (1990-1993), que promoveu encontros com professores dos ensinos preparatório, secundário e universitário. Sintetizando as duas vertentes (informação escrita e debate presencial), seguiu-se o projecto intitulado “Germinal” (1993-1996).

Nos PALOP, a abertura política deu origem à constituição legal do movimento associativo. O CIDAC participou activamente, entre 1984 e 1988, na criação do SOLIDAMI, um conceito inovador de estrutura estatal com ampla autonomia, vocacionada para a coordenação e mobilização da cooperação não-governamental internacional e para o apoio à dinamização das ONG locais, tendo em vista o desenvolvimento da sociedade guineense. No quadro desta dinâmica, contando sempre com a colaboração do CIDAC, o SOLIDAMI promoveu em 1991 a I Reunião das ONG dos “Cinco” sobre “*A problemática da emergência de ONG nacionais nos PALOP*”.

O conjunto destas mudanças teve um impacto significativo no crescimento das organizações da sociedade civil dedicadas às questões do desenvolvimento, em Portugal e nos PALOP. Progressivamente, os projectos de Cooperação para o Desenvolvimento passaram a ser identificados e realizados em parceria com ONG nacionais nos vários países, substituindo o Estado como interlocutor único neste domínio. Este contexto consolidou a convicção da importância de se apoiar o reforço das capacidades nos diferentes países, a vários níveis (incluindo o das próprias ONG), mas também a visão de que era fundamental contar, cada vez mais, com os recursos e as competências nacionais já adquiridas no terreno. A época do envio sistemático de cooperantes estava já ultrapassada – os responsáveis pela concretização dos projectos eram os parceiros locais.

A circunstância de haver meios, pela primeira vez na história do CIDAC, para conceber e executar projectos com um horizonte de 3 a 5 anos, e o facto de se terem estabelecido laços, em Cabo Verde, na Guiné-Bissau e em Moçambique, com entidades e pessoas com as quais era possível partilhar objectivos e metas comuns, abriu o campo a uma opção decisiva pela inovação e experimentação. Dois bons exemplos são os projectos apresentados para cofinanciamento à Comissão Europeia em 1986: o “Apoio às explorações familiares e cooperativas das Zonas Verdes de Maputo” pretendia viabilizar uma intervenção no domínio agro-alimentar em situação de guerra, capaz de ultrapassar a ajuda alimentar de emergência, generalizada em Moçambique; e os “Centros Experimentais de Educação e Formação de Professores” visavam criar um modelo de formação de professores primários adequado às escolas do meio rural na Guiné-Bissau. A pouco e pouco foi-se evidenciando a necessidade de se construírem programas de trabalho mais coerentes em cada país, de acordo com as suas próprias especificidades, com a vocação do CIDAC e com o caminho já percorrido em conjunto.

Em simultâneo, lançaram-se as bases para o início do diálogo com o Governo português em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento, no âmbito da Plataforma das ONGD. Em 1989 foi assinado o primeiro Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e uma ONGD portuguesa – no caso, o CIDAC – envolvendo também Cabo Verde, com o objectivo de apoiar um projecto na área da alfabetização de adultos.

Do ponto de vista interno, esta fase foi igualmente de transição. O modelo baseado numa Direcção “histórica” começou a dar sinais de desadequação, ao mesmo tempo que alguns membros da equipa

criada nos primeiros anos decidiram, por razões pessoais, transferir o exercício das suas competências para outras actividades. Em meados de 1989, o responsável pela Direcção do CIDAC durante 15 anos, Luís Moita, passou a dedicar-se, em exclusivo, à vida académica. Pouco depois, restava apenas um elemento fundador. Após um período de ensaios de Direcção colegial e de várias hesitações, foi tomada a decisão de pôr em prática os Estatutos aprovados em 1981, após a respectiva revisão e actualização (nomeadamente no que se referia à duração dos mandatos, que passou de 5 para 3 anos). Assim se realizaram, em Junho de 1992, as primeiras eleições da Associação CIDAC.

Uma aposta fundamental foi entretanto feita na comunicação com o grande público. Pela primeira vez o CIDAC, recorrendo à sua rede de contactos de académicos e activistas, produziu com regularidade uma publicação, distribuída comercialmente, de periodicidade bimestral – a *Terra Solidária: revista de questões internacionais* (1986-1990). Nela se espelhavam as interrogações que marcaram o final da década, desde as profundas convulsões nas quais mergulhava a África Austral e as relações da URSS (União das Repúblicas Socialistas Soviéticas) e dos Estados Unidos com o Terceiro Mundo, até aos desafios ambientais e da Cooperação para o Desenvolvimento, passando pelos combates políticos pelo desarmamento, pela paz e pela libertação dos povos, de Timor-Leste à Palestina, da Eritreia à América Latina.

Ainda no domínio da informação, deu frutos a colaboração com as instituições locais nos PALOP, quer departamentos especializados do Estado, quer recém-formadas ONG. Dirigidos a públicos específicos, o CIDAC co-editou, entre 1988 e 1995, 8 títulos de obras originais ou traduções sobre temas considerados importantes para o reforço das organizações de base e do movimento associativo.

O Centro de Documentação profissionalizou-se. No seguimento de um processo de contactos e aprendizagens e com o apoio da SIDA (a Agência de Desenvolvimento sueca), iniciou-se em 1988 a informatização do acervo, utilizando um programa inovador em Portugal, o PORBASE (Base Nacional de Dados Bibliográfica). Entre 1987 e 1990, o CIDAC organizou em Lisboa 4 cursos de formação básica de tratamento documental (FORDOC), vocacionados para responder às necessidades de técnicos dos PALOP.

O Centro de Formação intensificou a sua actividade. Entre 1987 e 1992 passaram pelo CIDAC cerca de 850 cooperantes estrangeiros para aprender Português, língua oficial de cinco Estados africanos e em 1990 uma equipa do CIDAC realizou um estudo para a Comissão Europeia relativo ao interesse e potencialidades do ensino do Português nos países da SADCC (Conferência para a Coordenação e o Desenvolvimento da África Austral).

Este quinquénio deixou no CIDAC marcas que perduraram: o empenho no reforço da sociedade civil, nomeadamente através da participação activa na Plataforma Portuguesa das ONGD e da cooperação, em parceria, com as ONG do Sul, com prioridade para as organizações emergentes dos PALOP; a clarificação progressiva do papel das ONG do Norte, nomeadamente ao nível dos processos de Cooperação para o Desenvolvimento; a própria democratização do funcionamento interno e a valorização da dinâmica associativa; o acesso aos fundos comunitários para apoio de projectos de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento, que se tornaram também numa das bases essenciais de sustentação das actividades do CIDAC.

1993-2002: À PROCURA DE NOVOS EQUILÍBRIOS

A expansão da actividade e a multiplicidade de expectativas e solicitações expressas por diversas entidades, baseadas na credibilidade ganha na prática e na disponibilidade para acolher ideias e propostas de intervenção, em confronto com as fragilidades decorrentes de uma nova situação institucional e de um contexto externo mais exigente e complexo, nomeadamente em matéria de

acesso a apoios financeiros, geraram nesta década, alternadamente, crises e momentos fortes de reflexão sobre as opções a tomar. Sem nunca paralisar a actividade.

A passagem do 20º aniversário do CIDAC, publicamente celebrada, criou uma oportunidade de introspecção que detectou uma quebra de laços operativos com outras organizações da sociedade civil, um relativo envelhecimento dos quadros e uma necessidade de repensar as práticas da Cooperação para o Desenvolvimento, quer na perspectiva não-governamental, quer do ponto de vista oficial, que a todos diz respeito.

Parte da resposta veio através da organização, em 1996, de um fundamental debate com vários parceiros, africanos e portugueses, do qual resultou a *Declaração de Sintra: recomendações para políticas e práticas de desenvolvimento local*, e de uma mesa-redonda com os primeiros sobre a experiência de cooperação do CIDAC. As principais conclusões que o CIDAC retirou para si próprio relacionavam-se com dois apelos: o da importância de encontrar alternativas económicas, no terreno, que permitissem aliviar a pobreza crescente da maioria da população nos países do Sul e renovar a esperança, baseada em novas perspectivas, sustentáveis, de desenvolvimento; e o da urgência de investir em acções de sensibilização da opinião pública e de pressão junto dos poderes no sentido de promover políticas favoráveis à prática da justiça e da equidade nas relações internacionais.

Neste campo, e restringindo-se ao domínio da Cooperação para o Desenvolvimento, o CIDAC vinha desenvolvendo desde o final de 1994 um projecto de Educação para o Desenvolvimento intitulado “O futuro com o Sul: que cooperação queremos?”, através do qual se conseguiu dar um contributo importante para uma tomada de consciência do que era, e do que poderia vir a ser, a Cooperação portuguesa. Recorrendo à publicação de trabalhos de pesquisa inéditos e de teses de mestrado, à organização de debates com parceiros africanos e de seminários dirigidos a públicos específicos, aprofundaram-se temas como o papel das ONGD e o papel dos media na Cooperação, a cooperação intermunicipal e a cooperação descentralizada e sistematizaram-se conhecimentos em matéria de Cooperação para o Desenvolvimento e de Cooperação europeia.

Foi neste âmbito que se definiu uma nova política editorial, valorizada por uma imagem gráfica própria e de qualidade. Entre 1994 e 1999 o CIDAC publicou uma *newsletter* trimestral subordinada ao lema “Cooperação, Informação, Desenvolvimento”. No mesmo período, criaram-se 3 colecções de livros: “*NortiSul Investigação e Pesquisa*” (5 volumes publicados), “*Cadernos Nortisul*” (6 números publicados) e “*Memórias Nortisul*” (3 edições publicadas). A partir de 2000, o instrumento de comunicação privilegiado com o público passou a ser, cada vez mais, a Página na internet. E as publicações concentraram-se tematicamente nas questões do Comércio Justo e da concepção de projectos e formação em Educação para o Desenvolvimento, ao mesmo tempo que se dispunham em termos de linha gráfica.

Uma crise institucional, em meados da década, em parte determinada por visões diferentes quanto às actividades a manter e a desenvolver, ou a eliminar, face a vários tipos de constrangimentos, nomeadamente de ordem financeira, deu origem à realização de um “diagnóstico organizacional” (em regime de consultadoria externa), que contribuiu para impulsionar o debate interno, mas não para resolver o conflito.

Neste contexto, o serviço público disponibilizado pelo Centro de Documentação foi alvo de uma atenção especial, pois representava um encargo financeiro significativo que o CIDAC suportava quase por inteiro. Feito um esforço, foram assinados em 1995 dois Protocolos de Cooperação, com as instituições da Cooperação portuguesa existentes na altura, por um lado e com a Câmara Municipal de Lisboa e a UCCLA (União das Cidades Capitais de Língua Portuguesa), por outro, através dos quais era reconhecido o seu valor e apoiada a sua prestação.

As eleições para os Corpos Sociais realizadas em 1995 permitiram abrir o caminho para uma

clarificação interna, que se foi progressivamente consolidando. Como resultado desta experiência e da reflexão que ela proporcionou, procedeu-se a uma reestruturação do modelo organizativo do CIDAC, acentuando-se os mecanismos transversais de comunicação e de apoio aos vários sectores de actividade. Simultaneamente, foi elaborada uma tabela remuneratória, de valores modestos e de leque salarial apertado, baseada em princípios e critérios objectivos, facilmente identificáveis.

Os desafios lançados pelos parceiros africanos durante os quase dez dias de debates, intercâmbios e reflexões que tiveram lugar em Sintra, em 1996, motivaram o CIDAC a iniciar uma intervenção estruturada, apoiada em projectos cofinanciados pela Comissão Europeia, sobre o Comércio Justo, então desconhecido em Portugal e nos PALOP. Entre 1998 e 2002 o acento foi colocado na divulgação do conceito, da sua história e das suas práticas, no apoio às chamadas *Lojas do Mundo* e na contribuição para a criação de uma coordenação nacional do movimento do Comércio Justo, congregando, quer as várias organizações portuguesas que se foram formando dedicadas à intervenção neste domínio, quer aquelas que passaram a incluir esta vertente na sua actividade.

As exigências desta dinâmica, em conjugação com as aprendizagens proporcionadas pela realização do projecto de ED “Formar os jovens para o Desenvolvimento” (1997-2002), levaram o CIDAC a confirmar a importância estratégica da Educação para o Desenvolvimento enquanto instrumento de reflexão, sensibilização e acção para a mudança de comportamentos e de políticas, visando a construção de um mundo mais justo e solidário. Nesse sentido, o CIDAC, que entre 1996 e 2001 representou a Plataforma Portuguesa das ONGD no Fórum de Educação para o Desenvolvimento do Comité de Ligação das ONGD europeias, empenhou-se na constituição e afirmação de um Grupo de ED no seio da Plataforma, propondo-se igualmente contribuir para a criação de uma política de apoio, por parte do Estado, à Educação para o Desenvolvimento, através da elaboração de um estudo com esse objectivo, realizado a pedido do Instituto da Cooperação Portuguesa, em 2001/2002.

Ainda nesta área, teve particular relevo a participação em duas experiências em consórcio com outras ONG de vários países europeus: o colectivo europeu *Polígono de Educação para o Desenvolvimento*, que organizou diversas acções a partir de 1997 e o projecto “Migrações: uma oportunidade para o Desenvolvimento?” (2000-2003), que abriu as portas ao conhecimento e à intervenção no âmbito de uma questão fundamental no mundo contemporâneo.

A verificação das debilidades existentes no sistema de Cooperação português, bem expressas no exame do CAD (Comité de Ajuda ao Desenvolvimento) da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) publicado em 1997, assim como a visão do papel que as ONGD poderiam assumir neste contexto, contribuíram para a aceitação da responsabilidade de coordenação da Plataforma Portuguesa das ONGD que o CIDAC exerceu em 1998 e 1999, enquanto membro da respectiva Direcção durante dois mandatos sucessivos (1996-2002). Os resultados mais visíveis do esforço colectivo então realizado foram a institucionalização da Plataforma (novembro de 1999), a criação de condições que passaram a garantir uma maior operacionalidade do seu funcionamento, a dinamização da solidariedade nacional e europeia com o povo da Guiné-Bissau, durante o conflito político-militar que fragilizou ainda mais o país e a participação de quadros de ONG na Missão de Observação Portuguesa ao processo de Consulta da ONU em Timor-Leste, em 1999.

Foi nesta fase que a relação entre as ONGD e o Governo português deu um salto qualitativo, permitindo que em 2001 fosse assinado um Protocolo de Cooperação entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e a Plataforma e que o Instituto da Cooperação Portuguesa (ICP) estabelecesse, no seguimento de um trabalho conjunto coma Plataforma e pela primeira vez, um enquadramento normativo para o apoio a projectos de Cooperação para o Desenvolvimento da responsabilidade das ONGD. Este valioso instrumento para a afirmação, na prática, da transparência que se exige, tanto ao estado, como às organizações da sociedade civil, com provas dadas em 2002, foi inesperadamente posto em causa pela nova Direcção do IPAD (Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, que

substituiu o ICP) em 2003. As consequências do contencioso que se gerou, a partir desse momento, entre o Governo e as ONGD não são ainda calculáveis em toda a sua extensão, mas provocaram já prejuízos importantes no relacionamento e diálogo entre as duas partes e na concretização de vários projectos, alguns deles em curso e com compromissos firmados.

A incapacidade demonstrada pelo Estado de responder às necessidades específicas de acolhimento das dezenas de jovens timorenses que, a partir do final de 1993, se refugiaram em Portugal no seguimento dos “assaltos” às embaixadas estrangeiras sediadas em Jacarta, colocaram novos desafios à sociedade portuguesa. Em conjunto, o CIDAC e a Comissão para os Direitos do povo Maubere (CDPM) organizaram, numa primeira fase, algumas iniciativas de apoio pontuais que se revelaram manifestamente insuficientes face ao avolumar dos problemas. Com outras ONG, pressionaram e discutiram com o Governo princípios e propostas capazes de fazer face à situação, os quais em boa parte foram acolhidos. Em 1996, as duas organizações criaram o Centro para a Cidadania Timorense (CCT), Instituição Particular de Solidariedade Social vocacionada para a promoção do desenvolvimento das competências pessoais e da inserção social dos membros da Comunidade Timorense, em especial dos jovens. A sua acção terminou em Dezembro de 2002, quando se confirmou ser impossível garantir a sobrevivência do CCT.

Logo em 1999o CIDAC tomou contacto directo com Timor-Leste e iniciou a sua cooperação com instituições timorenses, chegando a ter, durante cerca de um ano e meio (2000-2001), uma representação em Díli. A 20 de Maio de 2002 foi proclamada a Independência do país, em cujas cerimónias o CIDAC participou a convite do Presidente Xanana Gusmão e do Governo timorense. Pouco antes, a Assembleia Geral da CDPM tinha-se decidido pela auto-extinção da organização, por considerar cabalmente cumprida a respectiva missão.

A grande dispersão temática da actividade, nomeadamente no quadro da Cooperação para o Desenvolvimento, conduziu a uma reflexão sobre as prioridades e capacidades a desenvolver, em consequência da qual o CIDAC definiu, para o triénio 1999-2001, quatro Programas como base para a sua actuação: Cooperação para o Desenvolvimento, Desenvolvimento Local, Educação e Formação, Língua e Informação. Ao mesmo tempo, assumiram-se como “eixos transversais” questões consideradas essenciais, como a participação, a interdisciplinaridade, a sustentabilidade e a inovação.

A envolvente exterior foi-se, no entanto, tornando mais adversa em relação a organizações do tipo do CIDAC, relativamente pequenas, politicamente independentes, sediadas num país semi-periférico com pouca tradição de intervenção cívica no domínio da solidariedade internacional e com uma política de Ajuda Pública ao Desenvolvimento retrógrada e errática. No quadro europeu, a mudança, quer de critérios na apreciação de propostas, quer de regras para o cofinanciamento de projectos de iniciativa das ONGD, também tiveram o seu impacto: durante 3 anos (2000-2002) nenhuma candidatura do CIDAC foi aprovada e a própria execução orçamental das acções em curso tornou-se bastante mais difícil. Em simultâneo, a actividade de formação especialmente dirigida a cooperantes e técnicos estrangeiros passou a registar um decréscimo, essencialmente em resultado de alterações verificadas ao nível das políticas bilaterais de cooperação. Estas circunstâncias geraram uma crise financeira que obrigou à tomada de medidas drásticas do ponto de vista da despesa, incluindo a redução da equipa – assim evidenciando como é difícil compatibilizar o direito ao emprego com a flexibilidade dos recursos humanos face às oscilações imprevistas da actividade – e de reforço da procura de novas fontes de receita.

A conjugação dos dois factores anteriormente mencionados – dispersão da actividade e crise financeira – deu origem a um exercício de planeamento estratégico, implicando o conjunto dos colaboradores, que decorreu em 2001 e 2002 e do qual emergiu a noção clara de que o CIDAC estava a passar para um novo ciclo de intervenção. Com base nesta reflexão colectiva, foi elaborado o Programa para o triénio 2003-2005, apresentado pela lista candidata à Direcção e eleita em Setembro de 2002. Nele se enunciavam como grandes prioridades o contribuir de forma consistente para a

criação de uma cultura do desenvolvimento e da cooperação na sociedade portuguesa e o concretizar a interacção existente entre as áreas fundamentais de intervenção do CIDAC, a Cooperação para o desenvolvimento e a Educação para o Desenvolvimento, tanto a Norte, como a Sul, em particular no contexto de duas temáticas-chave: o reforço das organizações da sociedade civil e a acção e pesquisa no domínio das alternativas económicas.

Uma oportunidade para pôr em prática este programa ambicioso, de uma forma mais coerente, será o *Fórum CIDAC – Centro de Recursos para o Desenvolvimento*, a instalar num edifício camarário na zona de Picoas, cedido ao CIDAC, por um período, renovável, de 30 anos, pela Câmara Municipal de Lisboa, em Maio de 2001. Devido ao adiantado estado de degradação do imóvel, este teve de ser reconstruído, prevendo-se a conclusão das obras para 2005. Aqui se cruzarão as várias actividades do CIDAC com expressão pública: informação, formação e debate sobre as causas e as exigências do Desenvolvimento no presente e no futuro. Da responsabilidade do CIDAC, pretende-se que este seja um local aberto, de referência e de encontro, ponto de passagem e de partida para a afirmação da cidadania. Uma Loja do Comércio Justo, um Centro de Recursos e um espaço polivalente capaz de acolher múltiplas iniciativas serão os polos dinamizadores da intervenção.

As duas principais contribuições deste período para a vida do CIDAC estão interligadas: o esforço de clarificar e circunscrever as áreas de actividade, de modo a aumentar o seu impacto e o repensar do modelo organizacional e de funcionamento, de forma a garantir a sua sustentabilidade. Num outro registo, assinala-se que o árduo caminho para a independência de Timor-Leste marcou a década em apreço e que o projecto do “Fórum CIDAC” se constituiu como a aposta de maior envergadura para os próximos anos.

2003-2005: ... APRENDER, ARRISCAR, TRANSFORMAR...

Em 2003 a missão inscrita nos Estatutos foi actualizada como segue: “O CIDAC promove a solidariedade entre os povos como parte integrante de uma cidadania activa num contexto e progressivas interdependências mundiais. Consideram-se formas de participação privilegiadas as acções de Cooperação para o Desenvolvimento e de Educação para o Desenvolvimento, assim como outras acções potenciadoras do desenvolvimento sustentado de pessoas e comunidades.”

Consequentemente, a Assembleia Geral reunida em Fevereiro de 2004 deliberou alterar a denominação da organização, mantendo a sigla CIDAC. Este passou a designar-se **Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral**.

Na mesma altura, o Plano de Actividades aprovado em 2004 evidenciava alguns novos desafios. O aprofundamento dos conteúdos inerentes às áreas temáticas anteriormente identificadas, em conjugação com a reflexão sobre as experiências de trabalho mais recentes, conduziram a uma redefinição das primeiras. A intervenção centrar-se-á, assim, nas seguintes quatro temáticas-chave: Comércio e Desenvolvimento, Migrações e Desenvolvimento, Cooperação para o Desenvolvimento e Educação para o Desenvolvimento (nestes dois últimos casos consideradas enquanto temáticas e não na sua vertente operacional). No quadro desta visão, o reforço da sociedade civil passou a ser encarado como objecto de uma concretização efectiva através das opções políticas e metodológicas assumidas no conjunto da actividade. Os últimos projectos elaborados, sempre em conjunto com as ONG do Sul e do Norte, traduzem já estas opções, inscrevendo-se nas referidas temáticas.

Mas a intervenção do CIDAC não se esgota em projectos. O ano de 2003 ficou justamente marcado pelo empenho em estruturas e movimentos colectivos que testemunham a vontade de manter uma prática de cidadania activa em contextos mais amplos. A participação, já antiga, na Plataforma Portuguesa das ONGD, concretizou-se sobretudo no Grupo de Educação para o Desenvolvimento, que foi responsável pela notável organização, em Novembro, da *Escola europeia de ED*. A

Coordenação Portuguesa do Comércio Justo, em cuja dinamização o CIDAC investiu, a par de outras associações, desde o seu início, legalizou-se também no final do ano. Em Junho tivera lugar a primeira edição do Fórum Social Português, processo no qual o CIDAC, apesar da sua reduzida dimensão, teve um papel relevante. E no mês anterior tinha sido a vez da realização da ManiFesta, em Serpa, nove anos depois da primeira experiência, na qual o CIDAC já tinha estado presente.

Não é possível assegurar o conjunto desta actividade sem o contributo articulado, interactivo, dos *colaboradores permanentes*, dos voluntários e de alguns estagiários. Nos últimos anos o CIDAC rejuvenesceu, como era imperativo, e redimensionou-se, como foi mencionado. Uma atenção especial tem sido dada à revitalização da vida associativa. O objectivo é aprofundar a qualidade da intervenção, simultaneamente através do profissionalismo e da participação cívica criativa e mobilizadora.

Ao preparar a comemoração do 30º aniversário, a equipa quis tentar sintetizar numa frase o passado, o presente e o futuro do CIDAC. Não conseguiu. Decidiu-se então por conjugar três infinitivos, sinónimos de um compromisso que vem de muitas décadas atrás, revestiu formas diversas e foi também inscrito num poema cantado que começa assim: “*Vemos ouvimos e lemos / não podemos ignorar*”.

A 26 de Abril de 2004, o CIDAC recebeu, das mãos do Presidente da República, Jorge Sampaio, a Ordem da Liberdade.

Luísa Teotónio Pereira
Presidente do Conselho Directivo do CIDAC
Maio 2004